

DECLARATION

à l'issue du 16ème Forum régional

Nós, Delegados das coligações nacionais membros da Coligação para a Protecção do Património Genético Africano (COPAGEN), representando diferentes organizações nacionais, provenientes de nove (9) países da África Ocidental, nomeadamente os oito (8) da UEMOA, República da Guiné e membros de organizações aliadas se reuniram de 14 a 16 de junho de 2023, no âmbito da 16ª edição do Fórum Regional COPAGEN, para refletir sobre o tema: "Biodiversidade e mudança climática: **questões, desafios e perspectivas para sistemas alimentares sustentáveis na África**".

As várias comunicações, trocas, testemunhos, partilha de experiências e as várias contribuições permitiram redigir a Declaração, cujo conteúdo é o seguinte:

Nosso mundo está à beira de uma tragédia marcada pelo colapso da biodiversidade. Esta crise ecológica sem precedentes é considerada uma das ameaças mais graves do planeta, porque põe em risco a vida na Terra.

As causas explicativas desta preocupante situação são bem conhecidas: o rápido crescimento da população e a busca pelo lucro estimulam a transformação de sistemas agrícolas tradicionais em sistemas intensivos. As alterações na utilização dos espaços terrestres e marinhos (incluindo a desflorestação e ocupação do solo) devidas, entre outras coisas, à urbanização e à agricultura intensiva conduzem à destruição e fragmentação dos habitats naturais. A destruição de reservas florestais para diversos fins, inclusive agrícolas[1] - está aumentando em ritmo frenético, acompanhando a degradação do solo devido a certas práticas nocivas, como o cultivo de derrubada e queimada, o sobrepastoreio...

Esta situação cria naturalmente o leito da desertificação. A poluição por nutrientes como o nitrogênio, a introdução em ambientes naturais de organismos estranhos, em particular os OGM, a superexploração de animais selvagens e frutos do mar são fatores de enfraquecimento dos ecossistemas.

Todas essas práticas provocam uma concentração anormalmente alta de gases de efeito estufa na atmosfera, o que tem como efeito imediato o agravamento do fenômeno do aquecimento global.

O aumento das temperaturas médias globais ocorreria mais rapidamente nos próximos cem anos do que qualquer mudança experimentada pelo planeta nos últimos dez mil. Os efeitos das alterações climáticas já se fazem sentir fortemente no nosso quotidiano: acentuação das amplitudes térmicas, recorrência de catástrofes naturais, desaparecimento de espécies animais e vegetais, perturbação dos ciclos sazonais, surgimento de novas patologias devido à proliferação de agentes vetores. Tudo isso provoca deslocamentos populacionais em massa, o que torna a vida na Terra um pouco mais instável e trágica.

As pressões antrópicas exercidas sobre a biodiversidade, especialmente no setor agrícola, são as principais responsáveis por esta crise combinada. De fato, a parcela das emissões de gases de efeito estufa diretamente atribuíveis ao sistema alimentar agroindustrial é de pouco mais de 30%, de acordo com a FAO.

Soluções forjadas nos moldes do sistema alimentar agroindustrial, como a revolução verde e suas variantes, engenharia genética, nanotecnologia, agricultura inteligente para o clima, agricultura de precisão, etc., não são modelos viáveis e sustentáveis, na medida em que promovem abordagens que precisamente agravar o fenômeno do aquecimento global (uso de combustíveis fósseis e produtos químicos sintéticos, etc.).

[1]) Algumas estimativas afirmam que uma média de 78.000 km² de florestas foram destruídas a cada ano, durante o período 2010-2018.

No entanto, a biodiversidade e seus elementos constituintes se oferecem como uma apólice de seguro ecológico e social para enfrentar a crise climática. Por isso, as abordagens de soluções baseadas na agricultura familiar e na agroecologia, que constituem a base dos sistemas alimentares territorializados, devem estar no centro das políticas, estratégias e programas de desenvolvimento de nossos países.

Diante do exposto,

Nós, Delegados das coalizões nacionais membros da Coalizão para a Proteção do Patrimônio African Genetics (COPAGEN), e membros de organizações aliadas,

- Assinalar a nossa oposição ao sistema alimentar agro-industrial e rejeitar as soluções que se propõem no quadro deste modelo para fazer face às alterações climáticas;
- Expressar nossa incompreensão diante da atitude de certas instituições internacionais que parecem não ter aprendido as lições do passado ao apoiar programas agrícolas resultantes da revolução verde, desconectados da realidade de nossas terras;
- Lamentamos que nossos governantes não sejam ágeis em implementar programas de preservação ambiental com base no conhecimento comprovado das comunidades locais e dos povos indígenas, o que é reconhecido pelos principais instrumentos jurídicos internacionais, como o Convenção sobre Biodiversidade[2] (CBD) e textos subsequentes relacionados;
- Denunciar as pressões sofridas pelos governos africanos para abrir as portas de nossos países a tecnologias agrícolas arriscadas e contraproducentes, como engenharia genética, edição genética, nanotecnologia, a nova revolução verde, agricultura inteligente para o clima, agricultura de precisão...;
- Chamemos particularmente a atenção das autoridades africanas para a sua responsabilidade perante os danos irreversíveis e as devastações causadas pela utilização de pesticidas e fertilizantes químicos sintéticos nas nossas regiões;
- Incentivar as populações africanas nas suas várias componentes a regressar a modos de produção e consumo mais saudáveis, sustentáveis e equitativos, que valorizem a agrobiodiversidade local e os saberes endógenos a ela associados e participem no desenvolvimento de sistemas alimentares territorializados, para o economia local e nacional;
- Apelar às instituições regionais e em particular à UA para o facto de terem o dever de contribuir para o desenvolvimento das populações africanas e não de contrariar os seus interesses; e que, como tal, os processos que a UA iniciou no quadro da harmonização dos quadros regulamentares sobre sementes e OGM, bem como o Protocolo sobre direitos de propriedade intelectual no quadro da Zona Franca Continental Exchange União (ZLECAF), são contrários a este objetivo;
- Que os países industrializados assumam sua responsabilidade histórica na crise climática e os lembrem de suas obrigações de reparar as perdas e danos sofridos pelos países africanos que ainda abrigam os maiores centros de recursos de biodiversidade do mundo.

Feito em Conakry, 16 de junho de 2023



[2]) Ver em particular o art. 8.j e 10.c da CDB.